



SPEED For a Better Business environment Mozambique

PAGAMENTO DE IMPOSTOS EM MOÇAMBIQUE

ESTUDO SOBRE O PAGAMENTO DE IMPOSTOS EM MOÇAMBIQUE NO ÂMBITO
DOS RESULTADOS APRESENTADOS PELO BANCO MUNDIAL NO RELATÓRIO
“Doing Business 2012”

<Junho 2013>

Este documento foi encomendado pela CTA com financiamento da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) através do Projecto Speed.

PAGAMENTO DE IMPOSTOS EM MOÇAMBIQUE

Título do Programa: Procedimentos Simplificados e Redução do Número e Frequência de Pagamentos de Impostos em Moçambique

Patrocinador: Speed Project

Número do Contrato: EDH-I-00-06-00004-00/13

Contratante: Nathan Associates Inc

Data de Publicação: Fevereiro de 2013

Autor: Natércia V. Remane, Consultora Independente

As opiniões do autor expressas nesta publicação não reflectem necessariamente as opiniões da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional ou do Governo dos Estados Unidos

ÍNDICE

I. Sumário Executivo	4
II. introdução.....	13
1. Contextualização	13
2. Objectivo	14
3. Âmbito.....	15
4. Metodologia Utilizada.....	17
5. Limitações.....	18
III. Principais constatações	20
6. Introdução	20
7. Custos associados e comparação entre pequenas, médias e grandes empresas	21
8. Praticas e procedimentos na região e no mundo.....	25
9. Possibilidade de consolidação de impostos e seu impacto.....	29
IV. sumário das principais conStatações e Recomendações.....	31
10. Constatações.....	31
11. Recomendações.....	34
V. Conclusão.....	37
VI. Anexos	38

I. SUMÁRIO EXECUTIVO

O Banco Mundial conduz anualmente uma pesquisa com o objectivo de analisar o ambiente de negócios em vários países. Moçambique é um dos países incluído nesta pesquisa anual, e os resultados publicados no que diz respeito ao ambiente de negócios em Moçambique não são encorajadores para potenciais investidores interessados em investir em Moçambique. Moçambique tem caído na classificação geral de ano para ano, tendo em 2013 posicionando-se em 146º lugar num universo de 185 países, contra o 139º lugar em 2012 num universo de 183 países e 132º lugar em 2011 num universo de 182 países.

A queda de Moçambique na classificação anual deve-se, segundo a equipa de pesquisadores do Banco Mundial, à ausência de reformas reguladoras no país nos últimos anos. Os países que têm subido na classificação geral têm introduzido reformas legais que conduzem à melhoria do ambiente de negócios no geral e efectuem actualizações regulares à sua legislação no sentido de se tornarem mais atractivos aos olhos de potenciais investidores, tirando vantagem das novas tecnologias de informação.

Os indicadores utilizados pelo BM para avaliar o ambiente de negócios nos países incluídos na pesquisa anual são:

1. Iniciar um negócio
2. Acesso a licenças de construção;
3. Acesso à electricidade;
4. Registo de propriedade
5. Acesso ao crédito;
6. Protecção aos investidores;
7. **Pagamento de impostos;**
8. Comércio externo;
9. Cumprimento de contratos; e
10. Resolução de insolvências.

Este estudo é concentrado no indicador “pagamento de impostos”, com o objectivo de se (1) analisarem as condições actuais para o cumprimento das obrigações fiscais pelos

agentes económicos do sector privado em Moçambique (2) avaliar os custos associados suportados pelas empresas, e (3) produzir recomendações de possíveis reformas que conduzam à melhoria dos procedimentos, beneficiando tanto o contribuinte na perspectiva de redução dos custos associados, como o Governo na perspectiva do aumento da receita fiscal. O mesmo foi encomendado pela CTA, com os seguintes objectivos específicos:

- a) Avaliar quantas pessoas, em média, as empresas têm que empregar para cumprir com as suas obrigações fiscais e a que custo, comparando entre pequenas, médias e grandes empresas;
- b) Analisar os “*best practices*” utilizados na região e no mundo;
- c) Identificar impostos cujos pagamentos possam ser combinados no sentido de reduzir o número de pagamentos a efectuar durante o período de um ano, e avaliar os possíveis impactos dessa redução; e
- d) Produzir recomendações de como simplificar os procedimentos, diminuir o número de pagamentos anuais e reduzir os custos associados ao cumprimento das obrigações fiscais.

O presente estudo não tem o objectivo de contestar os resultados publicados no relatório “*Doing Business*”, mas sim analisar e sugerir possíveis reformas que conduzam à melhoria do ambiente de negócios possibilitando assim que Moçambique suba na classificação geral do “*Doing Business*” nos próximos anos.

Durante a realização deste trabalho, surgiram algumas limitações, sendo as mais notáveis (1) a falta de disponibilidade dos gestores das empresas, e (2) a inclusão de empresas localizadas em apenas três cidades do país, nomeadamente Maputo, Matola e Beira.

Para a realização deste estudo, foram entrevistadas 85¹ empresas, entre pequenas, médias e grandes, utilizando-se um questionário padrão. Com este questionário, pretendia-se (1) auscultar a opinião geral dos agentes económicos do sector privado sobre os procedimentos em vigor para o pagamento dos impostos, (2) obter uma ideia aproximada do custo que as empresas suportam anualmente para o cumprimento das obrigações fiscais, e (3) produzir recomendações sobre eventuais reformas conducentes

¹ Anexo II

à simplificação dos processos e procedimentos. As entrevistas foram conduzidas por uma equipa constituída por três jovens Moçambicanos.

No decorrer do processo de entrevistas às empresas, a constatação foi que o tema “impostos” ainda representa um tema sensível, pois os contribuintes temem expor-se e atrair a atenção da AT (Autoridade Tributária) e sujeitarem-se a eventuais inspecções pela Autoridade Tributária. No geral, apesar de os contribuintes expressarem um certo nível de frustração derivados do tempo e custo associados ao pagamento dos impostos, reconhecem que muito tem sido feito pelas instituições governamentais no sentido de melhorarem não só o processo de pagamento dos impostos, como também o tipo de relacionamento que as áreas fiscais mantêm com os seus “clientes”.

Os impostos objecto deste estudo foram os impostos nacionais de tributação directa e indirecta e os impostos autárquicos, tendo-se excluído as taxas aduaneiras e os impostos específicos por sector de actividade ou os decorrentes da realização de actos específicos. Concluiu-se que, em Moçambique, são 42 os impostos que se pagam numa base anual e que se aplicam a todas as empresas, de uma forma geral, de acordo com a tabela abaixo. No entanto, este número engloba alguns impostos como por exemplo o “Especial por Conta” e “Por Conta” do IRPC”, impostos que na maioria dos casos não se verificam em simultâneo em um determinado ano fiscal. Das 85 empresas entrevistadas, apenas uma pequena percentagem (1%) pagam tanto o “por conta” como o “especial por conta” do IRPC. Assim, o “especial por conta” do IRPC foi eliminado desta tabela, para efeitos de cálculo do número de impostos que as empresas pagam anualmente. Adicionalmente, apenas 12 das 85 empresas entrevistadas confirmaram que pagam a Taxa de Actividade Económica. Não foi possível, durante este estudo, apurar os mecanismos legais que os municípios possuem para colectar coercivamente esta taxa.

Outro aspecto a considerar para efeitos de interpretação da tabela abaixo é a não inclusão dos impostos nacionais de tributação indirecta, impostos e taxas autárquicas e outros impostos e taxas cujo pagamento apenas se verifica pela ocorrência de um acto ou de uma actividade específica. Para efeitos de generalização, estes não foram incluídos na tabela e não foram objecto de estudo.

Imposto	Periodicidade	No. de pagamentos num ano
Impostos Nacionais - Tributação Directa		
Imposto s/ o Rendimento de Pessoas Singulares (IRPS)	Mensal	12
Imposto s/ o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRPC) - sobre o lucro anual	Anual	1
Imposto s/ o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRPC) - por conta	Trimestral	3
Imposto s/ o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRPC) - especial por conta	Trimestral	-
Impostos Nacionais - Tributação Indirecta		
Imposto s/ o Valor Acrescentado (IVA)	Mensal	12
Imposto s/ consumos Específicos (ICE)	N/A	-
Impostos Aduaneiros	N/A	-
Impostos e Taxas Autárquicos		
Sisa	N/A	-
Imposto s/ veículos	N/A	-
Imposto Predial Autárquico	N/A	-
Imposto Pessoal Autárquico	Anual	1
Contribuição de Melhorias	N/A	-
Taxa de Actividade Económica	N/A	1
Tarifas por Taxas pela Prestação de Serviços (taxa de lixo, reclames luminosos, ect)	N/A	-
Outros impostos e taxas		
Imposto de Selo	N/A	-
Imposto s/ Sucessões e Doações	N/A	-
Imposto Especial s/ o Jogo	N/A	-
Segurança Social		
Taxa de Segurança Social (INSS)	Mensal	12
		42

Das opiniões colhidas, a ideia geral é de que o número de impostos que as empresas têm que pagar anualmente não é propriamente o maior problema, mas sim (1) as taxas elevadas e (2) a complexidade dos procedimentos para o pagamento, os quais obrigam a que as empresas suportem custos elevados decorrentes maioritariamente do tempo necessário para se proceder ao pagamento. Uma das recomendações produzidas, por exemplo, é que a AT crie postos de cobrança específicos para os contribuintes registados no regime do ISPC. Note-se que nos últimos anos a AT registou uma afluência significativa de novos contribuintes no regime do ISPC, contribuintes esses que têm usar os mesmo postos de cobrança que os contribuintes registados no regime “contabilidade organizada” e de “sistema normal” do IVA.²

² Apenas de Janeiro a Junho d 2012, a AT atribuiu NUIT's a 5077 novos contribuintes no regime do ISPC. Fonte: AT.

As empresas reconhecem que, por parte da Autoridade Tributária Moçambicana, muito tem sido feito para facilitar o processo de pagamento dos impostos. No entanto, recomendam que a AT não apenas encontre formas de facilitar os procedimentos, criando mais postos e formando os seus funcionários, como implemente um sistema online de pagamentos, como forma alternativa e opcional para o pagamento dos impostos.

Para além das empresas entrevistadas, a equipa teve a oportunidade de realizar encontros com várias instituições governamentais e seus parceiros, nomeadamente AT, DASP (MIC), CTA, ACB, ACIS, e USAID/Maputo ³.

Do lado das instituições governamentais contactadas, mais precisamente a AT, existe um sentimento geral de que grande parte dos constrangimentos que se verificam no processo do pagamento dos impostos tem a ver com o facto de os contribuintes procederem aos pagamentos apenas nos últimos dias dos prazos concedidos para tal, provocando este facto um aglomerado de pessoas e longas horas de espera para o respectivo atendimento.

No entanto, a AT reconhece que muito há ainda por fazer. O seu Plano Estratégico para o período 2011-2014, prevê os seguintes objectivos estratégicos para o período em causa, nomeadamente⁴:

- a) Aumentar a arrecadação de receitas de uma forma sustentável;
- b) Modernizar e fortalecer a Autoridade Tributária; e
- c) Desenvolver tecnologias de informação e comunicações no âmbito do PDTI (Plano de Desenvolvimento de Tecnologias de Informação), que permitam melhorar os processos de gestão tributária.

Para a realização destes objectivos estratégicos da AT, foram identificadas 10 (dez) estratégias que com eles se conformam, nomeadamente:

1. Incrementar o nível de cobrança de receitas anuais em conformidade com a dinâmica do crescimento económico do país;
2. Fortalecer as medidas para a melhoria do cumprimento das obrigações fiscais e aduaneiras;

³ Anexo III.

⁴ Fonte: Plano Estratégico da AT para o período 2011-2012

3. Reforçar a estratégia de cooperação internacional e integração regional;
4. Promover a educação fiscal, tendo em vista a popularização do imposto e o alargamento da base tributária, incluindo nela o sector informal;
5. Desenvolver um sistema eficaz de controlo dos grandes contribuintes e mega projectos;
6. Fortalecer o sistema de gestão de Recursos Humanos e melhorar a qualidade de vida dos funcionários;
7. Melhorar os sistemas de gestão para garantir que as operações sejam bem planificadas e geridas;
8. Melhorar as infra-estruturas e adquirir bens, serviços e equipamentos que garantam o funcionamento efectivo da AT;
9. Fortalecer uma cultura organizacional na Autoridade Tributária
10. Modernizar os processos de negócio da Administração Tributária através da aplicação de tecnologias de informação e Comunicação e manutenção do funcionamento dos sistemas correntes;

Algumas das actividades desenvolvidas pela AT em 2011 e 2012 enquadram-se nas recomendações produzidas por este estudo, apesar de considerarmos haver ainda muito por desenvolver para se chegar à situação na qual a declaração e o pagamento dos impostos em Moçambique seja um processo que não acarrete custos elevados para os agentes económicos a operarem em Moçambique

Adicionalmente, e para efeitos de comparação, foram analisadas as práticas e a legislação de outros países da região e do mundo, nomeadamente a Tunísia (por ter sido o país que no relatório do BM 2011 teve uma subida considerável no ranking geral), a África do Sul e as Maurícias pela sua proximidade geográfica com Moçambique. Comparando-se as taxas, o número de pagamentos anuais e o tipo de reformas que gradualmente foram sendo implementadas nestes países, ficou claro que a introdução dos sistemas electrónicos para o pagamento de impostos é crucial e fundamental para a eficiência dos processos e consequentemente para a redução dos custos associados ao cumprimento das obrigações fiscais.

Em termos de recomendações produzidas nestes estudo, estas estão directamente relacionadas com a necessidade de se (1) reduzir os custos associados ao processo de

pagamento dos impostos, através de (i) aumento dos postos de cobrança, (ii) possibilidade de se proceder à declaração e pagamento dos impostos por via electrónica, (iii) capacitação dos funcionários da AT em todos os aspectos relacionados com a legislação fiscal em vigor e na forma de relacionamento com os contribuintes, entre outros, e (2) introdução de medidas que previnam o estrangulamento das empresas em termos financeiros, permitindo que as empresas disponham de maior liquidez financeira para realizarem acções de investimento e outras iniciativas que conduzam ao aumento dos seus negócios e conseqüentemente dos seus rendimentos. O aumento dos rendimentos das empresas terá um impacto directo no aumento da receita pública,

Apresenta-se a seguir um quadro resumo das principais constatações colhidas durante a realização deste estudo e das recomendações produzidas.

Constatações	Recomendações
O numero de impostos que as empresas têm que pagar numa base anual não é o principal problema, mas sim os procedimentos para o pagamento dos impostos.	Implementação de sistemas on-line para a declaração e pagamento dos impostos. Numa primeira fase, poderia ser implementado o projecto-piloto a nível da UCG.
Falta de profissionalismo e conhecimento técnico, no geral, por parte dos funcionários da AT	Capacitação contínua dos funcionários da AT
Dispêndio de longas horas nas filas para o pagamento dos impostos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Incentivos para as empresas que façam os pagamentos mais cedo 2. Extensão do prazo quando o último dia coincide com fins de semana e feriados 3. Criação de postos de cobrança específicos para os contribuintes do ISPC ⁵ 4. Não exigência de pagamentos na mesma área geográfica onde as empresas operam ⁶

⁵ Nos últimos anos o numero de contribuintes cresceu consideravelmente (fonte: AT), mas esse crescimento deveu-se à entrada de novos contribuintes no regime de ISPC.

⁶ As receitas fiscais arrecadadas são canalizadas para os cofres do Estado através da CUT. Sendo que a CUT é uma conta consolidada, não se compreende a exigência dos pagamentos nos postos de cobrança com a mesma localização geográfica que as empresas.

	<p>5. Possibilidade de criação de mecanismos de cobrança em estabelecimentos comerciais, principalmente nas sedes distritais</p> <p>6. Constituição de brigadas móveis que se deloquem aos distritos em dias fixos previamente anunciados.</p>
Taxa elevada do IRPC quando comparada a outros países da região	Necessidade de revisão da taxa de IRPC ⁷
Imposição de pagamento do IRPC sobre o resultado anual numa única parcela (em Maio), causando constrangimentos financeiros às empresas	Possibilidade de parcelar o IRPC ⁸
Falta de conhecimento de alterações à legislação fiscal por parte dos contribuintes	<p>1. Actualização constante da página electrónica da AT, permitindo aos contribuintes manterem-se informados sobre as alterações relevantes à legislação fiscal</p> <p>2. Distribuição de brochuras e panfletos com as principais alterações às Leis e informação geral a ser entregue aos contribuintes quando estes se dirigem aos postos de cobrança da AT</p>
Declarações/pagamentos mensais do IVA	Possibilidade de os agentes económicos optarem pela declaração e pagamento do IVA numa base trimestral
Requisitos para o reembolso do IVA muito complexos	<p>1. Revisão dos requisitos para o reembolso do IVA</p> <p>2. Opcionalmente e desde que seja do interesse dos contribuintes, transformação dos valores devidos pelo IVA em títulos negociáveis no mercado financeiro,</p>

⁷ Moçambique cobra 32% de IRPC, quando os países analisados (África do Sul, Maurícias e Tunísia cobram 30%, 28% e 15% respectivamente).

⁸ Mesmo que este aumento signifique um aumento de pagamentos do IRPS de um para três numa base anual, o pagamento do IRPC coincidiria com os pagamentos trimestrais do IRPC por Conta e/ou do IRPC Especial por Conta, não causando por isso um aumento de custos suportados no processo de pagamento dos impostos e tendo como contrapartida a possibilidade de aliviar a tesouraria (*cash flow*) das empresas.

Diferença de interpretação da lei pelos contribuintes e pelos funcionários da AT	<i>Workshops</i> regulares entre os contabilistas e a AT
--	--

DRAFT

II. INTRODUÇÃO

1. Contextualização

O número de impostos a que os agentes económicos que operam em Moçambique estão sujeitos, a frequência com que os mesmos devem ser pagos e os custos associados ao cumprimento das obrigações fiscais é o problema identificado pelo Banco Mundial no seu relatório anual “*Doing Business*”, no que concerne ao indicador “pagamento de impostos”, para a avaliação do ambiente de negócios no país. Neste indicador Moçambique tem sido classificado, de ano para ano, numa posição baixa, devido à ausência de reformas que conduzam à melhoria do sistema e dos procedimentos para o pagamento de impostos.

Este estudo foi encomendado pela CTA e preparado pelo SPEED. Tem por objectivo auscultar-se os agentes económicos Moçambicanos do sector privado e colher as suas opiniões sobre os impostos a que os mesmos estão sujeitos, desde o número de impostos, à frequência de pagamentos, custos que as empresas têm que suportar para cumprirem as suas obrigações fiscais, procedimentos adoptados pelo Governo Moçambicano para a cobrança da receita fiscal, entre outros, e produzir recomendações de medidas e reformas que conduzam à melhoria do sistema fiscal em Moçambique e ao consequente desenvolvimento do sector privado.

O Governo Moçambicano está igualmente apreensivo perante os resultados apresentados na pesquisa levada a cabo pelo Banco Mundial (BM), pois os mesmos traduzem uma imagem negativa do ambiente de negócios em Moçambique, o que pode conduzir a que o investimento no país se torne menos atractivo para potenciais investidores, tanto nacionais como estrangeiros. Várias acções estão sendo levadas a cabo pelo Governo, incluídas no Plano de Acções para a Melhoria do Ambiente de Negócios para 2012 (PAMAN) do Governo Moçambicano. Este plano contém várias actividades com o objectivo de estudar possíveis reformas reguladoras que conduzam à melhoria dos índices que o BM aponta para Moçambique nos vários indicadores do ambiente de negócios.

O GIRBI (Grupo Interministerial para Remoção de Barreiras ao Investimento), instituição governamental coordenada pela DASP (Direcção de Apoio ao Sector Privado), órgão representado por várias instituições governamentais, tem como função principal

(1) identificar reformas relevantes e prioritárias para a melhoria do ambiente de negócios, (2) fazer o acompanhamento da implementação da EMAN (Estratégia para a Melhoria do Ambiente de Negócios), e (3) corrigir qualquer desvio que surja durante o processo.⁹ O Conselho de Ministros decidiu, numa das suas sessões em Novembro de 2012, potenciar o GIRBI com poder de decisão, apontando membros séniores do Governo para a supervisão das acções deste grupo. Esta decisão mostra com clareza a vontade do Governo Moçambicano de implementar as acções possíveis imediatas para melhorar o ambiente de negócios em Moçambique, nos diferentes indicadores do “*Doing Business*”.

As acções que estão a ser levadas a cabo pelo Governo Moçambicano com o objectivo de se melhorar o ambiente de negócios no país indicam que este é o momento oportuno para a realização deste estudo pela CTA.

2. Objectivo

O relatório do BM “*Doing Business*” aponta as reformas reguladoras dos procedimentos envolvidos no ambiente de negócios como um dos principais veículos para a melhoria do ambiente de negócios nos países objecto do estudo conduzido anualmente pelo BM. Sendo o “pagamento de impostos” o indicador objecto de estudo neste trabalho, o mesmo teve como objectivo analisar os procedimentos legais envolvidos no processo do pagamento dos impostos, e identificar possíveis áreas nas quais os procedimentos possam ser melhorados. As recomendações produzidas, se aplicadas, poderão conduzir a melhorias substanciais nos processos, factor que conduzirá à redução dos custos associados e consequentemente tornará Moçambique mais apetecível aos olhos de potenciais investidores cujos investimentos podem gerar riqueza e contribuir para a redução dos níveis de pobreza em Moçambique. Adicionalmente, os agentes económicos que já se encontram a operar no mercado Moçambicano poderão ver os custos associados ao cumprimento das obrigações fiscais reduzidos, tornando os seus negócios mais lucrativos e com maiores possibilidades de reinvestimento.

Concretamente, são os seguintes os objectivos identificados para este estudo:

⁹ Fonte: Documento apresentado pelo DASP no Conselho de Ministros em Novembro de 2012.

- e) Avaliar quantas pessoas, em média, as empresas têm que empregar para cumprir com as suas obrigações fiscais e a que custo, comparando entre pequenas, médias e grandes empresas;
- f) Analisar os “*best practices*” utilizados na região e no mundo;
- g) Identificar impostos cujos pagamentos possam ser combinados no sentido de reduzir o número de pagamentos a efectuar durante o período de um ano, e avaliar os possíveis impactos dessa redução; e
- h) Produzir recomendações de como simplificar os procedimentos, diminuir o número de pagamentos anuais e reduzir os custos associados ao cumprimento das obrigações fiscais.

3. Âmbito

Este estudo teve como âmbito o Sistema Tributário Moçambicano (STM), o qual engloba os Impostos Nacionais, sob a alçada da Autoridade Tributária, e os Impostos Autárquicos, sob a alçada das autarquias. O mesmo não englobou as taxas aduaneiras e outras taxas e impostos específicos às actividades exercidas pelos contribuintes.

Adicionalmente, este estudo foi direccionado apenas para os agentes económicos do sector privado, como contribuintes do STM e como intervenientes importantes no ambiente de negócios no país, aspecto sobre o qual versa o estudo conduzido pelo banco Mundial que resultou no relatório “*Doing Business*”. As empresas estatais e públicas não foram objecto deste estudo.

O Sistema Tributário Moçambicano engloba impostos e taxas, os quais se definem como se segue:¹⁰

Os **impostos** são as prestações obrigatórias, avaliáveis em dinheiro, exigidas por uma entidade pública para a prossecução de fins públicos, sem contraprestação individualizada, e cujo facto tributário assenta em manifestações de capacidade contributiva;

¹⁰ Definição extraída de: ACIS *Introdução Ao Sistema Tributário Moçambicano*, Edição II, Dezembro 2011.

As **taxas** designam prestações avaliáveis em dinheiro, exigidas por uma entidade pública como contrapartida individualizada pela utilização de um bem do domínio público, ou de um serviço público, ou pela remoção de um limite jurídico à actividade dos particulares;

A tributação visa a satisfação das necessidades financeiras do Estado e de outras entidades públicas e promove a justiça social, a igualdade de oportunidades e a necessária redistribuição da riqueza e do rendimento; A tributação respeita os princípios da generalidade, da igualdade, da legalidade, da não retroactividade, da justiça material e da eficiência e simplicidade do sistema tributário, não havendo lugar à cobrança de impostos que não tenham sido estabelecidos por lei;

Os Impostos Nacionais dividem-se em: ¹¹

- a) Tributação Directa
 - a. Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRPC)
 - b. Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRPS)
 - c. Imposto Simplificado para Pequenos Contribuintes (ISPC)
- b) Tributação Indirecta
 - a. Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)
 - b. Imposto sobre Consumos Específicos (ICE)
 - c. Direitos Aduaneiros
- c) Outros Impostos
 - a. Imposto de Selo
 - b. Imposto sobre Sucessões e Doações
 - c. Imposto Especial sobre o Jogo
 - d. Imposto sobre Reconstrução Nacional

Por sua vez, os Impostos Autárquicos são os seguintes:

- a) Sisa
- b) Imposto Sobre Veículos
- c) Imposto Predial Autárquico
- d) Imposto Pessoal Autárquico
- e) Contribuição de Melhorias
- f) Taxas por Licenças e Taxas por Actividade Económica

¹¹ Fonte: Autoridade Tributária.

- g) Tarifas por Taxas pela Prestação de serviços (taxa de lixo, reclames luminosos, etc.).

A Sisa, o Imposto Sobre Veículos e o Imposto Predial Autárquico são cobrados pela AT nos locais onde não existam Municípios.

Dado o peso de cada um destes impostos e taxas, este trabalho teve como foco principal os impostos de tributação directa (IRPC, IRPS e ISPC) e o IVA, os quais são aplicáveis a todos os agentes económicos, independentemente da sua área de actividade. No entanto, os outros impostos e taxas não foram excluídas deste estudo, tendo sido abordados apenas quando aplicáveis a cada empresa entrevistada.

4. Metodologia Utilizada

Enquanto que o “*Doing Business*” seguiu a metodologia de “estudo de caso” para analisar o número de impostos e contribuições fiscais que uma empresa de porte pequeno-médio tem que pagar num determinado ano, bem como os custos e procedimentos associados, usando para o efeito uma série de pressupostos e baseando-se nas demonstrações financeiras anuais da empresa objecto do estudo, este trabalho baseou-se na condução de entrevistas às empresas, entre pequenas, médias e grandes, com o objectivo de se obter uma ideia geral dos constrangimentos encontrados pelas empresas no processo do pagamento dos impostos, e de se colherem opiniões para a formulação de recomendações para a melhoria dos procedimentos.

Para o efeito, elaborou-se um questionário padrão¹² que serviu de base para a condução das entrevistas às empresas.

As empresas foram classificadas obedecendo ao seguinte critério:

- Grandes empresas 200 trabalhadores ou mais
- Médias empresas de 11 a 199 trabalhadores
- Pequenas empresas de 1 a 10 trabalhadores

¹² Anexo I.

No total, foram entrevistadas 85 empresas¹³, de diferentes áreas de actividade, nomeadamente banca, seguros, transportes, construção, comunicações, serviços, indústria, agricultura, pecuária, educação, entre outros, englobando apenas as áreas geográfica de Maputo, Matola e Beira. O objectivo do estudo foi explicado a cada entidade entrevistada ou contactada, no sentido de obter a sensibilidade dos entrevistados para os resultados pretendidos.

A amostra utilizada neste estudo, apesar de não ser representativa do número de empresas a operarem no sector privado em Moçambique, pois englobou apenas algumas empresas a operarem em Maputo, Matola e Beira, permitiu tirar algumas conclusões que conduziram a uma série de recomendações aqui produzidas,

Adicionalmente, foram conduzidos encontros com instituições governamentais¹⁴, do sector privado e de parceiros internacionais com o objectivo de, por um lado, auscultar as respectivas posições no que diz respeito ao estágio actual do processo de pagamento dos impostos, conhecer as acções que estão a ser implementadas no sentido de introduzir melhorias aos processos actuais e, por outro lado, fazer-se um *brainstorming* sobre possíveis recomendações de mudanças e respectivas implicações. Neste processo, foram realizados encontros com funcionários séniores da AT, na qualidade de entidade reguladora e colectora dos impostos, da DASP na qualidade de entidade que coordena as actividades do Governo no sentido de se tomarem medidas conducentes à melhoria do ambiente de negócios no país, e também com associações que medeiam as relações entre o sector privado e as instituições governamentais (CTA, ACB e ACIS) e ainda com o parceiro financiador desta actividade, a USAID/Moçambique.

5. Limitações

Durante a realização deste trabalho, surgiram algumas limitações, nomeadamente:

- As empresas contactadas nem sempre se mostraram disponíveis para partilharem com a equipa as suas experiências no processo do pagamento dos

¹³ Anexo II.

¹⁴ Anexo III.

impostos, alegando falta de tempo para discutir um tema que, à partida, não iria (na sua opinião) produzir grandes resultados.

- Algumas das empresas entrevistadas não se disponibilizaram a prestar informações relacionadas com os recursos humanos e financeiros utilizados no processo de preparação e pagamento dos impostos, alegando razões ligadas à confidencialidade. Este facto limitou o acesso aos dados necessários ao cálculo efectivo dos custos envolvidos no processo de pagamento dos impostos;
- A falta de disponibilidade imediata das pessoas indicadas para responderem ao questionário pelas suas empresas levou a que o tempo alocado para o trabalho de campo tivesse que ser estendido;
- Inclusão de empresas que operam em Maputo, Matola e Beira, não tendo sido possível incluir empresas que operam em outras províncias do país.

DRAFT

III. PRINCIPAIS CONSTATAÇÕES

6. Introdução

Esta secção do documento faz a abordagem das principais constatações que foram encontradas no decorrer do processo de entrevistas às empresas, à AT e às várias instituições ligadas a questões do desenvolvimento do sector privado, tendo sempre em conta os objectivos do estudo, que são:

- Avaliar quantas pessoas, em média, as empresas têm que empregar para cumprir com as suas obrigações fiscais, e a que custo, comparando entre pequenas, médias e grandes empresas;
- Avaliar e comparar as práticas e procedimentos na região e no mundo;
- Identificar impostos cujos pagamentos possam ser consolidados no sentido de se reduzir o número de pagamentos anuais, e avaliar o possível impacto dessa redução; e
- Produzir recomendações para se simplificarem os procedimentos, reduzir o numero de pagamentos anuais e reduzir os custos associados ao pagamento dos impostos.

No decorrer das entrevistas conduzidas às empresas do sector privado, ficou claro que o número de impostos e taxas que devem ser pagas numa base anual não é propriamente o maior problema, mas sim (1) as taxas elevadas, (2) os procedimentos para o pagamento dos mesmos, e (3) a falta domínio da legislação fiscal por parte tanto das instituições governamentais responsáveis pela colecta como dos contribuintes. As recomendações produzidas neste documento versam, em parte, sobre este aspecto, para além de outras áreas que constituem objecto deste estudo.

7. Custos associados e comparação entre pequenas, médias e grandes empresas

Em Moçambique, os impostos que as empresas têm que pagar e a periodicidade dos pagamentos são, no geral, os seguintes: ¹⁵

Imposto	Periodicidade	No. de pagamentos num ano	"Doing Business" 2012
Impostos Nacionais - Tributação Directa			
Imposto s/ o Rendimento de Pessoas Singulares (IRPS)	Mensal	12	
Imposto s/ o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRPC) - sobre o lucro anual	Anual	1	1
Imposto s/ o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRPC) - por conta	Trimestral	3	3
Imposto s/ o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRPC) - especial por conta	Trimestral	-	3
Impostos Nacionais - Tributação Indirecta			
Imposto s/ o Valor Acrescentado (IVA)	Mensal	12	12
Imposto s/ consumos Especificos (ICE)	N/A	-	-
Impostos Aduaneiros	N/A	-	-
Impostos e Taxas Autarquicos			
Sisa	N/A	-	-
Imposto s/ veiculos	N/A	-	1
Imposto Predial Autárquico	N/A	-	2
Imposto Pessoal Autárquico	Anual	1	-
Contribuição de Melhorias	N/A	-	-
Taxa de Actividade Económica	N/A	1	1
Tarifas por Taxas pela Prestação de Serviços (taxa de lixo, reclames luminosos, ect)	N/A	-	-
Imposto de combustível	N/A	-	1
Outros impostos e taxas			
Imposto de Selo	N/A	-	1
Imposto s/ Sucessões e Doações	N/A	-	-
Imposto Especial s/ o Jogo	N/A	-	-
Segurança Social			
Taxa de Segurança Social (INSS)	Mensal	12	12
		42	37

No total e de forma generalizada, pode dizer-se que o número de pagamentos ou declarações de impostos nacionais e de taxas municipais a que as empresas estão obrigadas numa base anual é de 42.

Importa referir que, no relatório "Doing Business" de 2012, faz-se menção a 37 como sendo o número de pagamentos anuais de impostos em Moçambique. No entanto, há que notar o seguinte:

¹⁵ Os impostos e taxas cuja periodicidade é indicada como "N/A" no quadro acima são os que não foram objecto deste estudo por serem de carácter específico, ou seja, decorrentes da ocorrência de factos geradores específicos do imposto.

- a) O “*Doing Business*” não inclui, na sua tabela de pagamentos anuais, o IRPS.
- b) IRPC: o Código do IRPC, aprovado pela Lei No. 34/2007 de 31 de Dezembro, alterado pela Lei No. 4/2012 de 23 de Janeiro e pelo Decreto No. 3/2012 de 243 de Fevereiro prevê os seguintes pagamentos, numa base anual:
 - a. Um pagamento anual sobre o lucro reportado;
 - b. Três pagamentos anuais referentes ao IRPC por Conta; e
 - c. Três pagamentos anuais referentes ao IRPC Especial por Conta.

No que diz respeito ao “pagamento por conta”, o CIRPS no seu artigo 70º, números 1 e 2, diz que “os pagamentos por conta dos contribuintes corresponderão a 80% do imposto liquidado relativamente ao exercício imediatamente anterior àquele em que se devem efectuar os pagamentos, repartido por três montantes iguais...”

Quanto ao “especial por conta”, o CIRPS no seu artigo 71º, número 2, diz que “o montante do pagamento especial por conta é igual à diferença entre o valor correspondente a 0,5% do respectivo volume de negócios, com o limite mínimo de 30,000 MT e máximo de 100,000 MT e o montante do pagamento por conta efectuado no ano anterior.”

Por exemplo, vamos considerar o caso de uma empresa que reporte os seguintes dados

Valor da matéria colectável referente a 2011:	1,000,000 MT
Imposto devido em Maio de 2012 (32% de 1,000,000)	320,000 MT
Volume de vendas de 2011	10,000,000 MT
Valor do imposto pago referente ao exercício de 2010	200,000 MT
Pagamento por conta efectuado durante 2011	160,000 MT

Valor do pagamento por conta em 2012:
 $80\% \text{ de } 320,000 \text{ MT} = 256,000.00$

Valor do especial por conta em 2012:
 $0,5\% \text{ de } 10,000,000 \text{ MT} = 50,000 \text{ MT}$
 $30,000 < 50,000 < 100,000$
 $50,000 - 160,000 = (110,000 \text{ MT})$

Das definições acima citadas e com base no exemplo apresentado, conclui-se que esta empresa não tem que proceder ao pagamento do “especial por conta” em 2012.

Adicionalmente, e com base nos dados recolhidos durante as entrevistas conduzidas às empresas conclui-se que, de uma forma geral, pode dizer-se que o número de pagamentos anuais do IRPC é de 4.

Outra consideração a fazer em relação ao IRPC tem a ver com as empresas que são obrigadas a proceder à retenção na fonte deste imposto, quando se verificarem as condições mencionadas no artigo 67 do CIRPC (por rendimentos provenientes da propriedade intelectual, do uso ou concessão de equipamento específico, de rendimentos de capitais, entre outros). Estas empresas, sempre que efectuem as retenções na fonte, devem proceder à liquidação do respectivo imposto no mês seguinte ao da retenção na fonte. No entanto, e porque este pagamento apenas se verifica quando ocorrem transacções específicas e não generalizadas, este pagamento não é incluído neste estudo para efeitos do apuramento do número de pagamentos anuais.

- c) Quanto ao Imposto Predial Autárquico, Imposto sobre Veículos, Taxa de Combustível (referido no “*Doing Business*” como “*Fuel Tax*” e Imposto de Selo, considerados no estudo do BM, estes apenas se aplicam havendo a ocorrência dos factos geradores do imposto, sendo por isso não considerados para efeitos de generalização neste estudo.

Outra taxa que é relevante ser aqui mencionada é a Taxa de Actividade Económica (TAE). “A TAE é devida pelo exercício de qualquer actividade de natureza comercial ou industrial, incluindo a prestação de serviços, no território da respectiva autarquia, desde que exercida num estabelecimento, revestindo a natureza de licença de porta aberta”.¹⁶

A TAE é paga em três prestações, podendo ser paga numa única prestação. Para efeitos de inclusão na tabela acima, considera-se que a maior parte das empresas procede ao pagamento anual. No entanto, dos dados obtidos através das entrevistas, conclui-se que

¹⁶ Fonte: Portal do Governo de Moçambique www.portaldogoverno.gov.mz

a maior parte das empresas na verdade não paga esta taxa. A conclusão a que se chegou neste estudo é que as autarquias não possuem um sistema de cobrança coerciva.

Os dados obtidos no inquérito levado a cabo permitiu elaborar a seguinte tabela referente aos custos que as empresas suportam no processo de pagamento dos impostos, distinguindo-se entre pequenas, médias e grandes empresas.

Tipo de empresa	Num de pessoas em media envolvidos no processo de pagamento de impostos	Tempo médio anual (em horas) dispendido	Custo médio anual em Meticais	Custo médio anual em USD (Câmbio \$1 = MT 30)
Pequenas	3	192	144.000,00	4.800,00
Médias	4	288	234.000,00	7.800,00
Grandes	5	384	306.000,00	10.200,00

Para efeitos de cálculo e do tempo dispendido, foram usadas os seguintes factores, com base nas informações recolhidas durante o inquérito:

- a) Em pequenas empresas, estão envolvidos 3 funcionários no processo do pagamento de impostos, sendo um contabilista (para o processamento, cálculo e preenchimento dos modelos oficiais e cheques), um director financeiro (para a aprovação) e um estafeta ou um motorista (para o pagamento físico nas repartições de finanças)
- b) Em médias empresas, estão envolvidos 4 a 5 funcionários no processo do pagamento de impostos, sendo um ou dois contabilistas, um gestor de recursos humanos (para o processamento, cálculo e preenchimento dos modelos oficiais e cheques), um director financeiro (para a aprovação) e um estafeta ou um motorista (para o pagamento físico nas repartições de finanças)
- c) Em grandes empresas, estão envolvidos uma média de 6 a 7 funcionários no processo do pagamento de impostos, sendo dois contabilistas e um ou dois gestor de recursos humanos (para o processamento, cálculo e preenchimento dos modelos oficiais e cheques, com funções separadas por imposto), um director financeiro (para a aprovação) e um estafeta ou um motorista (para o pagamento físico nas repartições de finanças)
- d) Os salários médios usados para efeitos de cálculo de custos são:
 - a. Contabilista 30,000

b. Gestor de recursos humanos	30,000
c. Director financeiro	120,000
d. Estafeta/motorista	10,000

8. Praticas e procedimentos na região e no mundo

De uma forma geral, os países que têm subido na classificação geral do banco Mundial no relatório “*Doing Business*” têm introduzido reformas consideráveis nos processos de pagamento dos impostos. Entre outras reformas, são a seguintes as mais notáveis:

- Introdução de sistemas electrónicos para a declaração e pagamento dos impostos;
- Consolidação de impostos, permitindo uma redução no número de impostos que têm que ser declarados e pagos numa base anual; e
- Redução das taxas de impostos, mais propriamente dos impostos sobre os rendimentos de pessoas colectivas e dos impostos de carácter laboral;

A Tunísia, por exemplo, foi o país que mais subiu no ranking geral devido às reformas efectuadas, uma vez que introduziu sistemas electrónicos para a declaração e pagamento dos impostos, os quais permitiram a redução em cerca de 37% do tempo despendido no processo do pagamento dos impostos corporativos e do IVA.

Para efeitos de comparação de praticas de países da região e do Mundo, analisaram-se três países, nomeadamente Tunísia, África do Sul e Maurícias. A Tunísia por ter sido o país que, no ranking de 2012, subiu mais na tabela de classificação pelas reformas implementadas, e a África do Sul e as Ilhas Maurícias por serem da região da África Austral¹⁷. No quadro abaixo apresentam-se apenas as taxas do IRPC e do IVA em vigor nos países usados para comparação, não por serem os únicos impostos objecto deste estudo mas para efeitos de exemplo apenas.

¹⁷ Para a obtenção dos dados referentes aos 3 países estudados, foram consultadas as respectivas páginas electrónicas do sistema tributário, nomeadamente www.sars.co.za (África do Sul), www.mra.gov.mu (Maurícias) e www.tunisia.com/taxation-system (Tunísia) e os dados constantes nos relatórios do “*Doing Business*” de 2011 e 2012.

País	Ranking (Afr Austral) 2012 "doing business" - impostos	Numero de pagamentos por ano	Taxas		Algumas Iniciativas, práticas e procedimentos mais relevantes
			IRPC	IVA	
Moçambique	17	42	32%	17%	Sistema manual para preparação e submissão das declarações periódicas Sistema manual para o pagamento dos impostos Página electrónica da AT não actualizada
Tunísia	NA	7	30%	18%	Implementou sistemas "on-line" de declaração e pagamento dos impostos
África do Sul	4	9	28%	14%	Implementação do projecto "Siyakha" Página da SARS constantemente actualizada com informação útil Sistema "e-filing" para a preparação e submissão das declarações periódicas Sistema "on-line" para o pagamento dos impostos Introdução de incentivos para os contribuintes que façam os pagamentos até o dia 25
Maurícias	1	7	15%	15%	Página da MRA (Mauritius Revenue Authority) constantemente actualizada Sistemas "on-line" de declaração e pagamento dos impostos

1. Moçambique

No “*Doing Business*” de 2012, Moçambique é classificado em 146º lugar na classificação geral tendo, no indicador “pagamento de impostos” sido classificado em 105º lugar na classificação geral e em 17º lugar na classificação dos países da África Austral.¹⁸

Moçambique, ao contrário dos países cuja classificação tem melhorado de ano para ano, não tem introduzido reformas significativas que permitam a melhoria do sistema de pagamento e impostos.

2. Tunísia

O relatório “*Doing Business*” de 2012 apresenta os dados da Tunísia com referência a Janeiro a Dezembro de 2010 no que respeita ao indicador “pagamento de impostos”. Na classificação geral do relatório de 2012, a Tunísia foi classificada em 46º lugar, e no indicador “pagamento de impostos” este país foi classificado em 64º lugar, na classificação geral que avaliou um total de 182 países incluídos na pesquisa. Este país foi citado como referência pelo facto de ter introduzido reformas que lhe permitiram subir na classificação geral. De 2006 para 2012, a Tunísia reduziu de 22 para apenas 8 pagamentos anuais, reduzindo consequentemente o número de horas despendidas no processo de 268 para 144. Em 2009, a Tunísia introduziu o sistema “*on-line*” para o preenchimento das declarações dos impostos, tendo em 2011 introduzido o sistema “*on-line*” para o pagamento dos impostos.

¹⁸ Apresenta-se no capítulo 7 acima uma análise detalhada do número de pagamentos anuais que se verificam em Moçambique.

3. África do Sul

- Na classificação geral do “*Doing Business*” 2012, a África do Sul foi classificada em 35º lugar tendo, no indicador “pagamento de impostos” sido classificada em 44º na classificação geral e em 4º lugar na classificação dos países da África Austral.
- No total, são 9 os pagamentos que as empresas devem efectuar ao longo de um ano:¹⁹
 - “*corporate income tax*”
 - “*dividend tax*”
 - “*property tax*”
 - “*occupational injuries insurance contribution*”
 - “*unemployment insurance contribution*”
 - “*skills development level contribution*”
 - “*vehicle tax*”
 - “*fuel duty*”
 - “*value added tax*”
- Apresentam-se a seguir algumas práticas e procedimentos adoptados pela autoridade tributária da África do Sul:
 - Com excepção do “*dividend tax*”, do “*vehicles tax*” e do “*fuel tax*”, todos os impostos são pagos por via electrónica
 - O “*South African Revenue Service*” (SARS) introduziu, em 2000, um projecto intitulado “*Siyakha*” que significa (“we are building”), com o objectivo de (1) tornar o SARS mais efectivo através da implementação de processos de “*reeingeneering*”, e (2) transformar os cidadãos Sul-africanos em parceiros em vez de “inimigos”, partilhando com os contribuintes o objectivo nobre da colecta da receita fiscal, e tratando os contribuintes como “clientes”. Com a implementação do “*Siyakha*”, pretendia-se aumentar a base tributária e encorajar os contribuintes a cumprirem voluntariamente as suas obrigações fiscais.

¹⁹ Fonte: “doing business” 2012 – África do Sul.

- Apesar de neste país o IVA também ter que ser declarado numa base mensal e o prazo ser no ultimo dia útil do mês, como em Moçambique, a autoridade tributária sul africana introduziu, em 2012, um incentivo para os contribuintes que declarem o IVA electronicamente até o dia 25 de cada mês.
- Na África do Sul, quando o último dia do mês coincide com um fim de semana ou um feriado, o prazo é estendido para a 2ª feira seguinte, prática que se recomenda seja implementada em Moçambique.
- Para as pequenas empresas com receitas inferiores a ZAR 14 milhões, o sistema tributário sul-africano prevê taxas graduadas, de 0% para os primeiros ZAR 57,000, 10% entre ZAR 57,001 e ZAR 300,000, e ZAR 24,300 + 28% acima de ZAR 300,000 de receitas. Adicionalmente, as pequenas empresas podem fazer o “write off” de certos custos com investimentos no ano em que os mesmos ocorrem. Estes benefícios fiscais concedidos a pequenas empresas estimulam o investimento privado e, no final, contribuem para o crescimento económico do país.

4. Ilhas Maurícias

- Na classificação geral do “*Doing Business*” 2012, a Ilhas Maurícias foi classificada em 23º lugar tendo, no indicador “pagamento de impostos” sido classificada em 11º na classificação geral e em 1º lugar na classificação dos países da África Austral.
- Em 2011, foi introduzido o imposto corporativo de responsabilidade social, mas esta introdução não significou um aumento na lista de pagamentos anuais pois o mesmo pode ser pago conjuntamente com o imposto corporativo (“*corporate tax*”).
- No total, são apenas 7 os pagamentos que as empresas devem efectuar ao longo de um ano:²⁰
 - “*corporate income tax*”
 - “*social security contributions*”
 - “*property transfer tax*”
 - “*council tax*”

²⁰ Fonte: “*Doing Business*” 2012 – Ilhas Maurícias.

- “road tax”
- “stamp duty”
- “value added tax”
- Para além dos 7 impostos mencionados acima, o sistema tributário Mauriciano inclui também o “*corporate social responsibility tax*”, mas pagamento deste imposto é consolidado com o pagamento do “*corporate income tax*”, não sendo por isso considerado na lista dos pagamentos anuais.
- Apresentam-se a seguir algumas práticas e procedimentos adoptados pela autoridade tributária das Ilhas Maurícias:
 - O “*corporate income tax*”, o “*social security contributions*” e o “VAT” são pagos por via electrónica;
 - Nas Maurícias, as empresas que registem receitas superiores a 10 milhões de rupias são obrigadas a declarar todos os seus impostos electronicamente;
 - No que diz respeito ao Imposto sobre o rendimento das empresas, o sistema tributário mauriciano prevê taxas graduais, ou seja, quando o imposto normal a pagar para um determinado ano é inferior a 7.5% do lucro anual registado, a empresa deve pagar 7.5% dos seus lucros ou 10% dos dividendos declarados, dos dois o menor.

9. Possibilidade de consolidação de impostos e seu impacto

Os 42 pagamentos anuais identificados referem-se, na sua maioria, ao pagamentos dos impostos nacionais que têm mais peso na carga fiscal, nomeadamente o IRPC, o IRPS e o IVA, e a taxa de Segurança Social.

Considerando que tanto o IRPS como o INSS constituem valores retidos na fonte na altura do pagamento dos salários mensais dos trabalhadores, considera-se lógica e justa a exigência do pagamento do respectivo valor numa base mensal,

No entanto, no que diz respeito ao IVA, e uma vez que este incide sobre a despesa ou consumo e tributa o “valor acrescentado” das transacções efectuadas pelo contribuinte, considera-se que a declaração e o pagamento do mesmo poderia, numa base opcional para os contribuintes, ser feito trimestralmente desde que o valor a liquidar não ultrapassasse certos limites a serem estabelecidos pela ATM. Esta medida traria efeitos imediatos na redução do número de impostos a serem pagos pelas pequenas e médias empresas, de 12 pagamentos anuais para 4 apenas. Esta é uma prática utilizada em alguns países da região e acredita-se que, em termos de receita pública não provocaria grandes constrangimentos ao orçamento do Estado, uma vez que o IVA incide sobre as operações comerciais e não sobre o rendimento das “pessoas” individuais e colectivas.

Esta medida permitiria reduzir consideravelmente os custos que as empresas suportam para o pagamento dos impostos pois, em termos de tempo despendido, o IVA é na verdade o imposto que mais tempo e atenção requer, desde a contabilização das facturas emitidas e recebidas pelo sujeito passivo, até o preenchimento dos impressos, emissão e aprovação dos cheques, e o pagamento físico nos postos de cobrança.

Assumindo que o pagamento do IVA absorve cerca de 30% do tempo despendido pelas empresas, teríamos a seguinte redução de custos:

Tipo de empresa	Num de pessoas em media envolvidos no processo de pagamento de impostos	Tempo médio anual (em horas) dispendido	Custo médio anual em Meticais	Custo médio anual em Meticais se o pagamento do IVA for trimestral	Custo médio anual em USD com o pagamento trimestral do IVA (Câmbio \$1 = MT 30)
Pequenas	3	192	144.000,00	100.800,00	3.360,00
Médias	4	288	234.000,00	163.800,00	5.460,00
Grandes	5	384	306.000,00	214.200,00	7.140,00

IV. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS CONSTATAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

10. Constatações

- Na óptica dos contribuintes, os funcionários da AT, no geral, não assumem uma conduta profissional no sentido de facilitar o processo do cumprimento das obrigações fiscais por parte dos contribuintes, não os encarando como uma entidade cujo esforço visa contribuir para a arrecadação das receitas de que o Estado tanto necessita para financiar a despesa pública. Os funcionários da AT não estão devidamente capacitados nas matérias fiscais e não dão o devido aconselhamento quando solicitado pelos contribuintes;
- No entanto, é de notar que a maior parte das empresas entrevistadas admitem que a tendência dos contribuintes é efectuar os pagamentos nos últimos dias dos prazos concedidos, o que contribui para as longas filas e inúmeras horas despendidas no processo de pagamento. Esta é também uma das principais preocupações da AT, a qual lança um apelo aos contribuintes no sentido de efectuarem a entrega das declarações dos impostos nacionais e respectivos pagamentos ao longo do período concedido e não apenas no(s) último(s) dia(s);
- O nível elevado das taxas aplicadas para os impostos nacionais é outro dos aspectos apontados como um dos constrangimentos à capacidade de financiamento das empresas, pois as mesmas vêm-se privadas de recursos financeiros para suportarem novos investimentos. No entanto, a análise das taxas aplicadas carece de um estudo mais aprofundado e em fórum apropriado;
- Adicionalmente, e no que diz respeito ao IRPC, a carga financeira em Maio é muito elevada, pois neste mês deve ser paga a taxa de 32% sobre os resultados positivos obtidos, para além da primeira prestação do “pagamento por conta”;
- Total desconhecimento por parte dos contribuintes das principais alterações às leis, derivada da falta de divulgação apropriada e eficiente. As alterações aos principais modelos de declaração dos impostos não são devidamente divulgadas;
- O processo de reembolso do IVA continua a ser o grande “calcanhar de Aquiles” das empresas, o que causa grandes constrangimentos ao *cash flow* das empresas. Como causa da demora nos reembolsos ou indeferimento dos pedidos, aponta-se

principalmente o facto de as facturas não estarem emitidas de acordo com os requisitos legais, como ausência ou falta de consistência do domicílio fiscal, não apresentação dos valores de acordo com o definido no código do IVA, entre outros. Na óptica das empresas, torna-se injusto que o sujeito passivo seja penalizado pela falta de cumprimento dos requisitos legais por parte de quem emite a factura, apesar de se reconhecer que as empresas devem ser responsáveis por observar os princípios legais estabelecidos para a “factura válida”. ;

➤ Do lado da AT, foi-nos dada a indicação de esforços que têm sido levados a cabo no sentido de se implementarem acções que conduzam à melhoria dos processos de pagamento dos impostos. Nota-se uma reacção de desapontamento por parte dos funcionários séniores da AT pelos resultados publicados pelo BM no “*Doing Business*”, pois considera-se que muito tem sido feito no sentido de se simplificarem os processos de pagamento dos impostos. De acordo com os relatórios das actividades desenvolvidas pela AT durante 2011²¹, destacam-se as seguintes realizações, pela sua relevância no que diz respeito às recomendações produzidas neste relatório:

- a) Formação de 13.450 disseminadores em matérias de educação fiscal e aduaneira, ao nível nacional; realização de palestras sobre a divulgação do ISPC, da Lei que aprova o regime de regularização das dívidas tributárias, dos impostos do sistema tributário moçambicano e a promoção da cidadania fiscal; foram veiculadas pelos órgãos de comunicação social matérias com o objectivo de popularizar o imposto, bem como sensibilizar as populações e agentes económicos para a necessidade do cumprimento voluntário e atempado das obrigações fiscais e aduaneiras;
- b) No âmbito da implementação do PDTI e no que se refere ao projecto e-Tributação, foram formalmente constituídos os Comités Executivo e Técnico para o acompanhamento do projecto e tomada de decisões, e aprovado o modelo conceptual;
- c) No domínio da capacitação institucional, foram formados 1.434 da AT;

²¹ Fonte: AT: Relatório de Balanço das Actividades Desenvolvidas pela AT em 2011 e Perspectivas de Acções para 2012 (de Março de 2012)

- d) Foi criado o Blog da AT (www.cidadaniafiscal.blogspot.com) (destinado a divulgação das actividades da AT no Geral e, em particular, as de Educação Fiscal²²;
- e) Em 2011, na área dos impostos internos foram abertos 14 Postos de Cobrança

Igualmente se destacam as seguintes actividades reportadas como tendo sido realizadas pela AT durante o ano de 2012²³:

- a) No âmbito da expansão de serviços e aproximação ao contribuinte, foram abertos 12 postos de cobrança;
- b) No que se refere à modernização tecnológica, foi implementado o novo Modelo do NUIT no âmbito do projecto e-Tributação.

²² Na altura em que este relatório foi escrito, em Junho de 2013, a consultora consultou a página aqui mencionada, tendo constatado que as últimas actualizações foram efectuadas em Fevereiro/Março de 2013

²³ Fonte: AT: Relatório de Balanço das Actividades Desenvolvidas pela AT em 2011 e Perspectivas de Acções para 2012 (de Março de 2013)

11. Recomendações

Com base nas principais constatações apuradas, apresenta-se a seguir um quadro sumário das recomendações produzidas neste estudo, indicando-se as entidades implementadoras das recomendações e os prazos ideais para a sua implementação. Acreditamos que, a serem implementadas estas recomendações, estarão criadas as condições para o melhoria do ambiente de negócios em Moçambique, no que diz respeito ao indicador “pagamento de impostos” do estudo conduzido anualmente pelo Banco Mundial.

Constatações	Recomendações	Entidade Implementadora	Prazo (curto, médio, longo)
O número de impostos que as empresas têm que pagar numa base anual não é o principal problema, mas sim os procedimentos para o pagamento dos impostos.	Implementação de sistemas “on-line” para a declaração e pagamento dos impostos. Numa primeira fase, poderia ser implementado o projecto-piloto a nível da UCG	AT	Curto
Falta de profissionalismo e conhecimento técnico, no geral, por parte dos funcionários da AT	Capacitação contínua dos funcionários da AT	AT	Acção contínua
Dispêndio de longas horas nos postos de cobrança da AT para o pagamento dos impostos	1. Incentivos para as empresas que façam os pagamentos mais cedo 2. Extensão do prazo quando o ultimo dia coincide com fins de	AT	Curto

	<p>semana e feriados</p> <p>3. Criação de postos de cobrança específicos para os contribuintes do ISPC²⁴</p> <p>4. Não exigência de pagamentos na mesma área geográfica onde as empresas operam.²⁵</p> <p>5. Possibilidade de criação de mecanismos de cobrança em estabelecimentos comerciais, principalmente nas sedes distritais.</p> <p>6. Constituição de brigadas móveis que se deloquem aos distritos em dias fixos previamente anunciados.</p>		
Taxa elevada do IRPC quando comparada a outros países da região	Necessidade de revisão da taxa de IRPC ²⁶	AT/CTA	Médio
Imposição de pagamento do IRPC sobre o resultado anual numa única parcela (em Maio), causando constrangimentos financeiros às empresas	Possibilidade de parcelar o IRPC ²⁷ , deixando esta opção ao critério das empresas	AT	Curto

²⁴ Nos últimos anos o número de contribuintes cresceu consideravelmente (fonte: AT), mas esse crescimento deveu-se à entrada de novos contribuintes no regime de ISPC.

²⁵ As receitas fiscais arrecadadas são canalizadas para os cofres do Estado através da CUT. Sendo que a CUT é uma conta consolidada, não se compreende a exigência dos pagamentos nos postos de cobrança com a mesma localização geográfica que as empresas.

²⁶ Moçambique cobra 32% de IRPC, quando os países analisados (África do Sul, Maurícias e Tunísia cobram 30%, 28% e 15% respectivamente).

²⁷ Mesmo que este aumento signifique um aumento de pagamentos do IRPS de um para três numa base anual, o pagamento do IRPC coincidiria com os pagamentos trimestrais do IRPC por Conta e/ou do IRPC Especial por Conta, não causando por isso um aumento de custos suportados no processo de pagamento dos impostos, e tendo como contrapartida a possibilidade de aliviar o cash flow das empresas.

Falta de conhecimento de alterações à legislação fiscal por parte dos contribuintes	<p>1. Actualização constante da página electrónica da AT, permitindo aos contribuintes manterem-se informados sobre as alterações relevantes à legislação fiscal.</p> <p>2. Distribuição gratuita de brochuras e panfletos com as principais alterações às Leis e informação geral a ser entregue aos contribuintes quando estes se dirigem aos postos de cobrança da AT</p>	AT	Acção contínua
Declarações/pagamentos mensais do IVA	Possibilidade de os agentes económicos optarem pela declaração e pagamento do IVA numa base trimestral	AT	Médio
Requisitos para o reembolso do IVA muito complexos	<p>1. Revisão dos requisitos para o reembolso do IVA²⁸</p> <p>2. Opcionalmente e desde que seja do interesse dos contribuintes, transformação dos valores devidos pelo IVA em títulos negociáveis no mercado financeiro,</p>	AT	Médio
Diferença de interpretação da lei pelos contribuintes e pelos funcionários da AT	<i>Workshops</i> regulares entre os contabilistas e a AT	AT/CTA	Acção contínua

²⁸ A maior parte das empresas entrevistadas prefere acumular o crédito do IVA para o período seguinte. A razão desta preferência está directamente relacionada com o facto de o processo de reembolso do IVA ser penoso, acarretando custos elevadíssimos decorrentes do tempo exigido para se cumprirem os requisitos legais para o reembolso do IVA.

V. CONCLUSÃO

Durante a realização deste estudo, ficou claro que existem vastas áreas relacionadas com o pagamento dos impostos que os empresários do sector privado gostariam de analisar e discutir com as autoridades governamentais competentes, áreas essas que não constituíram objecto deste estudo, nomeadamente (1) as taxas autárquicas no geral, (2) as taxas aduaneiras, (3) o imposto de selo, entre outras. Adicionalmente, ficou clara a necessidade de se rever as taxas cobradas pelo IRPC, taxa considerada alta pelos contribuintes. Os países analisados neste estudo, com um nível de desenvolvimento superior a Moçambique, aplicam taxas mais baixas. Taxas mais atractivas promovem o investimento, o qual contribui para o desenvolvimento económico. Se, em Moçambique, se pretende promover o desenvolvimento económico e se os agentes económicos do sector privado são parte fundamental do ambiente de negócios no país, recomenda-se que este e outros aspectos sejam objecto de estudos complementares.

Como anteriormente mencionado, a amostra usada para este estudo poderá não ser significativa da opinião de todas as empresas privadas que operam no ambiente de negócios Moçambicano. Para validar este estudo, a CTA prevê realizar “workshops” de carácter público, para os quais serão convidados agentes económicos das zonas Sul, Centro e Norte do país.

No que diz respeito às recomendações produzidas, espera-se que as mesmas possam ser parcial ou integralmente implementadas a curto e médio prazo, em reformas que produzam melhorias nos processos para o pagamento dos impostos, facto que conduzirá à redução dos custos que as empresas têm que suportar para cumprirem as suas obrigações fiscais. Estas reformas produzirão efeitos positivos na classificação geral de Moçambique em estudos futuros do Banco Mundial sobre o ambiente de negócios no país.

VI. ANEXOS

6.1. Anexo I – Questionário Padrão

Empresa

Área de Actividade

Pessoa contactada

Nome

Posição

na

empresa

E-mail

Telefone

Data/hora da entrevista

Entrevistador

Objectivo do trabalho

Pesquisa do tempo/custo asociado ao pagamento de impostos em Moçambique, no âmbito do resultado da pesquisa efectuada pelo Banco Mundial e publicada no relatório “Doing Business 2012” no qual Moçambique se encontra classificado em 139º lugar em 183 países incluídos na pesquisa.
--

1. Quantos funcionários tem a empresa?
2. A empresa tem trabalhadores eventuais? Se sim, quantos em média por mês?
3. A empresa utiliza os serviços de consultores ou de outros serviços profissionais e ou intelectuais em regime de trabalho temporário?
4. Cada funcionário da empresa preenche o Modelo 11 (Declaração à Entidade Patronal) na altura da contratação?

5. Se a resposta para a pergunta No. 4 é “não”, qual o método utilizado para se obter a informação referente ao estado civil e numero de dependentes do funcionário?
6. Com que frequência os dados do Modelo 11 são actualizados?
7. A empresa fornece anualmente a cada trabalhador uma declaração de rendimentos anuais para efeitos de declaração individual?
8. Se a resposta à pergunta No. 7 é “sim”, em que mês é que as declarações são fornecidas aos trabalhadores?
9. Processamento de salários
 - a. O processamento dos salários é feito pela empresa ou em regime de outsourcing?
 - b. Se o processamento de salários é feito em regime de outsourcing, qual o custo associado?
 - c. Se o processamento de salários é feito pela empresa:
 - a. Quantos trabalhadores estão envolvidos no processo?
 - b. Quais as categorias destes trabalhadores?
 - c. Qual a média de salário mensal destes trabalhadores?
10. São feitas retenções do IRPS e do INSS no momento do processamento dos salários?
11. Se o IRPS é retido na fonte, em que momento é que o mesmo é pago ao Estado?
 - a. No mês seguinte ao da retenção
 - b. No mês seguinte ao do pagamento do salário
12. Nos casos de pagamentos de serviços especializados (a consultores, etc.), é retido o IRPS no acto de pagamento? A que taxa? (taxa liberatória?)
13. Quantas pessoas estão envolvidas no processamento e pagamento dos impostos?
14. Qual a média de salário dos trabalhadores envolvidos no processamento e pagamento dos impostos?
15. Quanto tempo em média é despendido no processamento e pagamento periódico dos impostos?
 1. Apuramento dos valores a pagar
 2. Preenchimento dos modelos oficiais
 3. Emissão de cheques
 4. Aprovação
 5. Pagamento
16. A empresa tem recursos humanos especializados em assuntos fiscais?

- a. Se sim, em que moldes (um funcionário, alguns funcionários, um departamento, etc.)
 - b. Se não, quem se responsabiliza pelo cumprimento das obrigações fiscais da empresa?
 - c. Quais os custos associados? (em termos de custos fixos caso a empresa tenha um departamento ou direcção fiscal, como salários, custo de ocupação do escritório, etc.)
17. Que tipo de impostos e taxas a empresa paga/declara, e com que periodicidade (mensal/anual/outra periodicidade)?
18. Modelos oficiais para a declaração dos impostos
- a. A empresa usa os modelos oficiais?
 - b. Considera os modelos oficiais de fácil interpretação e preenchimento?
 - c. A empresa utiliza algum método de preenchimento electrónico dos modelos oficiais?
 - d. Se a resposta à pergunta acima é “sim”, que métodos são utilizados?
 - e. Com que regularidade a empresa necessita de submeter Modelos de substituição para valores previamente declarados?
19. Em caso do valor do IVA liquidado ser inferior ao do IVA deduzido, a empresa pede o reembolso ou pede o crédito para o período seguinte?
20. Se a empresa pede o reembolso, já alguma vez recebeu o valor devido?
21. Se a resposta à pergunta No. 18 é “sim”, após quanto tempo depois do pedido a empresa recebeu o reembolso?
22. Se a resposta à pergunta No. 18 é “sim”, a empresa foi sujeita a algum tipo de inspecção pela AT antes do reembolso ser efectuado?
23. Considera que a AT tem funcionários capazes de orientar os contribuintes em caso de dúvida?
24. Comentários/Informação adicional

6.2. Anexo II – Lista de Empresas Entrevistadas

	Nome	Área de actividade	Contacto			
			Nome	Posição	e-mail	telefone
Pequenas empresas (1 a 10 trabalhadores)						
1	Mozambique Exictos	Consultoria	Ricardo Marques	Market Developer Moc	ricardo.marques@exictos.com	21 24 10 00
2	Imex, SA		Teófilo Dercio	Contabilista	-	84 74 03 085
3	Omega Consultoria e Gestão, Lda	Consultoria	Joaquim Alexandre Chinguvo	Técnico Assist de Conta	jchinguvo@gmail.com	82 78 45 440
4	Omega Gestão e Participações, Lda	Consultoria	Joaquim Alexandre Chinguvo	Técnico Assist de Conta	jchinguvo@gmail.com	82 78 45 440
5	SA - JDX Presso Consultor	Consultoria	Amadeu Afito	Consultor Financeiro	amafito@yahoo.com.br	21 402 776
6	VJM - Matólio - Centro de Formação Profissional	Serviços	Raimundo Gomane Simbine	Formador	labornogomane@yahoo.com	82 96 25 610
7	Auto Socos, Lda	Serviços	Suzana Rita	Escriturária	autosococ@yahoo.com.br	82 44 17 353
8	SAAD Sociedade de Advogados e Acessoria	Consultoria	Adri	Colaborador	aaa.ftd@gmail.com	21 308 818
9	Khan Microcrédito	Micro Finanças	Luchinda Macuaoua	Coordenadora de Crédito	lucindadante@gmail.com	84 52 75 886
10	BFOA LDA - Despachante Aduaneiro	Serv Aduaneiros	Issafo Ibrahim	Director Financeiro	despachante_fofoaco@hotmail.com	84 43 29 035
11	Printa Cones	Comércio	Soraia Luis	Contabilista	soraluis@yahoo.com.br	21 333 383
12	Refrigerações Zito	Comércio	Amália Dulce	Assistente Administrat	-	82 441 22 98
13	khaliqha Trading Lda	Comércio	Celia Monteiro	Assistente Técnico	celia_faustino@yahoo.com	21 401 357
14	Bras e Associados, Lda.	Consultoria	Sérgio Bras	Sócio	s.bras@bajpa.co.mz	-
15	Bioglobal	Consultoria	Fernando Ribeiro	Director geral	bioglobal@tdm.co.mz	21 487 309
16	Male Financeiro, Lda	Consultoria	Francisco Maleiane	Contabilista	francisco.maleiane@malefin.co.mz	21 414 906 / 82 38 26 774
17	Male Holding Lda	Consultoria	Francisco Maleiane	Contabilista	francisco.maleiane@malefin.co.mz	21 414 906 / 82 38 26 774
18	Male Caixa	Consultoria	Francisco Maleiane	Contabilista	francisco.maleiane@malefin.co.mz	21 414 906 / 82 38 26 774
19	Madalena dos Anjos Chambul - Despachante adu	Serv Aduaneiros	Sebastião Pedro Ernesto	Tenoueiro	-	21 309 850
20	Estev Fátima Muchope - Despachante Aduaneira	Serv Aduaneiros	Estev Muchope	Director geral	estermuchope@tvzabo.co.mz	21 326 496
21	Star - Sociedade de Investimento	Consultoria	Isabel Pascoal	-	-	-
22	Hope Crédito	Micro Finanças	Acácio Ricardo	Gerente	-	82 31 50 450
23	Rui Pimentel Arquitectos, Lda	Arquitectura	Ália Chambela	Assistente Administrat	aliachambela@yahoo.com.br	21 491 151 / 84 48 46 225
24	Megaformar, lda	Form Profissional	Nadia Gonzalez	Directora Pedagógica	maria.gonzalez@megaformar.co.mz	21 302 667 / 82 30 63 604
25	Car Consultores, Lda	Consultoria	Marisa Mat de Almeida	Supervisor	mmax@carconsultores.co.mz	82 45 90 220
26	ICC - Internacional Capital Corporation		Henriqueta Hengwana	Director geral	icc@icc.co.mz	21 310 966 / 82 305 68 77
27	Alumos, Lda		Soraia Luis	Contabilista	soraluis@yahoo.com.br	21 333 383
28	Elim Serviços Lda	Consultoria	Hilário Sebastião Obede Muchaje	Assistente Administrat	elimservicos@elimservicos.com	21 306 884
Médias empresas (11 a 199 trabalhadores)						
	Nome	Área de actividade	Nome	Posição	e-mail	telefone
29	TV Miramar, Lda	Comunicação	Alex Petergussen e Mylton Domingos	Director Comercial	mdomingos@miramar.co.mz	84 30 13 522
30	Técnica, Engenheiros e Consultores, Lda	Consultoria	António Matabele	Director da Área Económ	amatabele@tec.co.mz	84 30 67 380
31	Start Time	Serviços	Lurécia Gafur	Contabilista	lurécia_a.g.dyla@gmail.com	82 75 42 620
32	Movitel	Comunicação	Ramos Sengo	Administrador	ramosengo@yahoo.com.br	82 31 99 540
33	A Forjadora, SARL	Comércio	Augusto Monteiro	Responsável pela Cont	amonteiro@gmail.com	82 39 13 562
34	African banking Corporation	Banca	Jaqueline Felipe	Marketing Officer	jifilipe@banaboc.com	-
35	África Consultoria e Projectos, Lda	Consultoria	Raassad bai Manmoandas	Gerente	arp_bai@gmail.com	82 30 94 350
36	Construtores Chemane, Lda	Construção	Jerdinno Chemane	Director Geral	-	82 30 93 340
37	Açucareira de Moçambique	Indústria	Rob Weare	Director	rob.weare@mafambisque.co.mz	-
38	Ernest & Young	Consultoria	Claudia Rodrigues e Lucas Muage	Senior Associate	claudia.rodrigues@mr.ey.com	21 351 154 / 21 353 153
39	Higest	Pecuária	Ana Oliveira	Director Geral	-	21 319 540
40	HUTE Construções, Lda	Construção	Humberto Sengo	Director Geral	hengo@humberto@yahoo.com.br	82 30 47 300
41	KPMG	Consultoria	Cacilda Cruz, Titos Manjate e Eduardo Z	Coordenadora Adminis	tmanjate@kpmg.com	21 350 200
42	Intallica, SA	Consultoria	Sérgio Matavale	Chief Financial Office	smatavale@intallica.com	82 47 20 150
43	Seguradora Internacional de Moçambique	Seguros	Felicitoso José Muandro	Responsável Departam	fmuanbro@mullennumbim.co.mz	21 354 332
44	L. Duarte dos Santos, Lda	Comércio	Berício Samuel	Técnico de Contas	bericops@lds.co.mz	82 45 99 530
45	Afria Prestige Hotel	Hotelaria	Bonina Daiane	Contabilista	boninamariana@gmail.com	82 39 04 040
46	Comzatel Moçambique Lda	Comunicação	Vera da Silva Paula Eduardo	Responsável Financeiro	vera.eduardo@comzatel.com	21 308 000
47	Omega Serviços (Zona Franca), Lda	Serviços	Joaquim Alexandre Chinguvo	Técnico Assistente de d	jchinguvo@gmail.com	82 78 45 440
48	Omega Segurança Privada, Lda	Serviços	Joaquim Alexandre Chinguvo	Técnico Assistente de d	jchinguvo@gmail.com	82 78 45 440
49	Omega Serviços de Taxis, Lda	Serviços	Joaquim Alexandre Chinguvo	Técnico Assistente de d	jchinguvo@gmail.com	82 78 45 440
50	IBAVET	Serviços	Isabel Lopes	Socia Gerente	mops@ibavet-vet.co.mz	21 301 532
51	Somonav	Transporte	Estevão Carlos Langa	Técnico de Contas	csomonav@tdm.co.mz	21 623 988
52	Deloitte & Touche	Consultoria	Raula Ferreira	Regional Leader	rferreira@deloitte.co.mz	21 430 55 94
53	Best Catering International Lda	Catering	Artur Cumba	Contabilista	arturcumba@yahoo.com.br	82 890 90 83
54	Somacal Metalomecânica	Comércio	Felicidade Dique	Administradora	somacal@yahoo.com	82 716 06 25 / 21 408 545
55	SECION		Esmeralda Vasco Cossa	Secretária Administrat	ecossa@secion.co.mz	21 310 534
56	Moza Confeções, Lda	Indústria	Ebrahim Omar	Sócio Gerente	mozasonfecoops@hotmail.com	82 123 43 10 / 84 706 25 51
57	MBC Consulting, Lda.	Consultoria	Nélia Baptista	Contabilista chefe	naliambc@tvzabo.co.mz	82 305 22 06
58	Liana Serviços, lda	Serviços	Ineta Proença	Secretária Administrat	lianaserivicos@tvzabo.co.mz	82 307 98 78
59	SOS Serviços de Assistência, lda	Serviços	Judith Mariote	Secretária Administrat	ngps@netcars.co.mz	21 313 304
60	Instituto Politécnico de Tecnologia e Empreend	Educação	Clara Muchave	Contabilista	ipolstaf@gmail.com	82 41 16 311
61	RIZ Industria	Indústria	Soraia Luis	Contabilista	soraluis@yahoo.com.br	21 333 383
62	ZMB		João Mucavef	Gestor de Recursos Hum	-	84 24 13 100
63	Clinica Shifina	Saude	Abwro Jassat	Administrador	abwrojassat@gmail.com	21 407 903
64	Canol Construções	Construção	Simão Chimela Jane	Gerente	-	82 49 45 840
65	Mepa, Lda		Judit Mondlane	Directora Adjunta	mepa.lda@tvzabo.co.mz	-
66	Male Seguros	Serviços	Francisco Maleiane	Contabilista	francisco.maleiane@malefin.co.mz	82 38 26 784 / 84 10 59 072
67	SOPREL, Lda - ISCTEM	Educação	Armando da Silva Pinheiro	Director Recursos Hum	apinhairo@isctem.co.mz	82 30 07 520
68	CANAA Microcrédito	Micro Finanças	Ovaldo Chongola	Director Geral	chongola@canaa.co.mz	21 304 966
69	Delima		Soraia Luis	Contabilista	soraluis@yahoo.com.br	21 333 383
70	Monomistapa Comercial, Lda		Delfina Nombora	Administrativa	monomistapa-c@hotmail.com	21 326 427 / 82 30 01 733
71	Foco - Moçambique		Edmó Pita Nhambuca	Director Financeiro	edmunchanga@yahoo.com.br	84 04 44 273
72	Spar Serviços, Lda	Serviços	Ernesto Fernando Magone	Técnico de Contas	ernesto@spar.co.mz	21 326 522
73	IPS, Serviços e Tecnologia, Lda		Carla Francisco	Chefe de DAF	carlfrancisco@ipsof@tecnico.ac.mz	82 060 41 77
74	Dixon Chongo e Associados - Despachantes Adu	Serviços	Antselmo André Mahacho	Director Recursos Hum	mahachosanfelmo@yahoo.com.br	82 70 20 680
75	Moz Computers (Beira)	engenharia Informatica	Shraif	Socio Gerente	-	82 3878470
76	Ser Contabil (Beira)	Consultoria	Ernesto Vicentos	Chefe de RH	-	82 5731610
77	Petrobeira (Beira)	Petrolifera	Claudia	Secretária de RH	-	84 6141794
78	Pão de Açúcar (Beira)	Panificacão	Wassin	Proprietário	-	84 2335571
79	Construções Karina (Beira)	Construção Civil	Karina	Proprietária	-	82 3045185
Grandes empresas (> 200 trabalhadores)						
	Nome	Área de actividade	Nome	Posição	e-mail	telefone
80	Mocargo	Transporte	Aida Jussub	Técnica Contabilidade	aida.jussub@mocargo.co.mz	84 73 62 177
81	Vodacom Moçambique, SA	Comunicação	Alzira Sengo	Especialista	alzira.sevstine@vnm.co.mz	-
82	STV	Comunicação	Pedro Cossa	Sénior Associate	pedro.cossa@stv.co.mz	84 73 62 177
83	Emose - Empresa Moçambicana de Seguros, SA	Seguros	António Julião Mondlane	Chefe Serviços de Cont	antonio.mondlane2@emose.co.mz	82 42 20 759
84	Manica Freight Services, SARL	Agenciamento de frete	António Niquice Júnior	Director Finanças e Par	-	84 31 95 430
85	Salvor Hotels Moçambique, lda	Hotelaria	Mariano Alberto	Técnico de Recursos Hu	mariano_mahota@perstana.com	21 350 000

6.3. Anexo III – Instituições Contactadas

Instituições contactadas	
Instituição	Nome da(s) pessoa(s) contactada(s)
1 CTA - Confederação das Associações Económicas	Dr. Kekobad Patel e Dr. Hipolito Hamela
2 Autoridade Tributária - Direcção de Planeamento, Estudos e Cooperação Internacional	Dr. Gonçalves Mandava, Director, e equipa
3 Autoridade Tributária - Direcção Geral de Impostos	Dra Percina Sitoe, Directora Geral Adjunta, e equipa
4 Autoridade Tributária - Serviços de IVA	Dr. Nardel Cadir, Chefe de Serviços, e Dr. Alberto Chambule Chefe de Divisão dos Reembolsos do IVA
5 DASP - Direcção de Apoio ao Sector Privado - Ministério do Comércio e Indústria	Dra Rita Freitas, Directora Nacional
6 ACIS - Associação Comercial e Industrial de Sofala	Carrie Davies, Directora Executiva
7 ACB - Associação Comercial da Beira	Jorge Fernandes, Vice Presidente
8 CEP - Conselho Provincial Empresarial, Beira	Jorge Fernandes, Presidente
9 USAID, United States Agency for International Development	Timothy Born and Nelson Nguilaze

DRAFT

6.4. Anexo IV – Sumário das entrevistas

No.	Empresa		Processamento/pagamento de impostos					Impostos						IVA				
	Nome	Num de trabalhadores	Tipo	No. de funcion envolvidos	Categoria dos funcionarios	Salario medio mensal	Tempo medio mensal	Observações	IRPS	IRPC por Conta	IRPC Exp por Conta	INSS	IVA	IPA	Usa modelos?	Ja alguma vez pediu reemb?	Recebeu reemb?	Depois de quanto tempo?
1	Mozambique Existos	8	Pequena	1	Contabilistas	25.000,00	4 dias		Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	N/A	N/A
2	Imex, SA	6	Pequena	2	RH e Contabilistas	27.600,00	2 dias		Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	N/A	N/A
3	Omega Cons e Gestão	9	Pequena	2	RH, Contab, Tecn Inform	8.000,00	2,5 dias		Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	N/A	N/A
4	Omega Gestão/Particip	1	Pequena															
5	SA-JOX Presso Consultor	5	Pequena	1	Administrador financeiro	7.800,00	1,5 dias		Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	N/A	N/A
6	VJM - Matinho	5	Pequena	1	Director geral	10.000,00	1 dia		Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	N/A	N/A
7	Auto Sococ, Lda	9	Pequena	1	Escrituraria	7.500,00	1 dia		Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	N/A	N/A
8	SAAD Soc de Advogados	8	Pequena	1	Contabilista	11.000,00	2 dias		Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	N/A	N/A
9	Khan Microcredito	8	Pequena	1	Gestora	14.500,00	3 dias		Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	N/A	N/A
10	BFDA LDA - Desp Aduan	9	Pequena	2	Dir Geral e Financeiro	27.000,00	5 dias		Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	N/A	N/A
11	Printa Cores	1	Pequena	1	Socio gerente	35.000,00	2 dias		Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	N/A	N/A
12	Refrigeracoes Zito	6	Pequena	1	Socio gerente	27.000,00	1,5 dias		Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	N/A	N/A
13	Khalipha Trading Lda	4	Pequena	1	Socio gerente	36.000,00	3 dias		Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	N/A	N/A
14	Braz e Associados, Lda	3	Pequena	1	Tecnico medio	14.500,00	1 dia		Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	N/A	N/A
15	Bioglobal	2	Pequena					Outsourcing	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	N/A	N/A
16	Male Financeiro, Lda	4	Pequena	1	Tecnico medio	10.000,00	2 dias		Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	N/A	N/A
17	Male Holding Lda	3	Pequena	1	Tecnico medio	10.000,00	2 dias		Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	N/A	N/A
18	Male Caixa	4	Pequena	1	Tecnico medio	10.000,00	2 dias		Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	N/A	N/A
19	Madalena dos Anjos	8	Pequena	1	Tecn RH e Directora	10.000,00	3 dias		Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	N/A	N/A
20	Estor Fátima Muchope	8	Pequena	1	Director geral	100.000,00			Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	N/A	N/A
21	Star - Soc de Investim	6	Pequena	1	Assist administrativo	25.000,00	1 dia		Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	N/A	N/A
22	Hope Crédito	2	Pequena	1					Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	N/A	N/A
23	R.Pimental Arquitectos	6	Pequena	2	Assist administrativo				Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	N/A	N/A
24	Megaformer, lda	3	Pequena	1	Assist administrativo	12.730,00	2 dias		Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	N/A	N/A
25	Cat Consultores, lda	7	Pequena	1	Assist administrativo				Nao	Nao	Nao	Sim	Sim	Nao	Sim	Não	N/A	N/A
26	ICC - Int'l Capital Corp	8	Pequena	1	Tecnico superior	12.000,00	1 dia		Nao	Nao	Nao	Sim	Sim	Nao	Sim	Não	N/A	N/A
27	Alumoz, Lda	8	Pequena	1	Socio gerente	10.000,00	2 dias		Nao	Nao	Nao	Sim	Sim	Nao	Sim	Não	N/A	N/A
28	Elim Servicos Lda	7	Pequena	1	Assist adm e contabilista	25.000,00	1 dia		Nao	Nao	Nao	Sim	Sim	Nao	Sim	Não	N/A	N/A
29	TV Miramar, Lda	192	Média	2	Contabilistas	37.000,00	4 dias		Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	N/A	N/A
30	Técnica, Eng e Cons, Lda	111	Média	4	RH, Contab, Gestor Fin	19.300,00	3 dias	UGC	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	N/A	N/A
31	Start Time	89	Média	2	Contabilistas	31.000,00	5 dias		Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	N/A	N/A
32	Movitel	197	Média	10	RH, Contab, Gestor Fin	25.000,00	6 dias		Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	N/A	N/A
33	A Forjadora, SARL	55	Média	3	RH e Contabilistas	31.000,00	4 dias		Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	N/A	N/A
34	African Banking Corp	159	Média	3	RH e Gestor financeiro	160.000,00	6 dias	Nao Suj IVA	Sim	Sim	Não	Sim	N/A	Sim	Sim	N/A	N/A	N/A
35	Africa Cons e Proj, Lda	57	Média	1	Contabilista	21.000,00	5 dias		Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	N/A	N/A
36	Construtores Chemane	25	Média	1	Contabilista	27.000,00	4 dias		Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	N/A	N/A
37	Açucareira de Moç	78	Média	3	RH e Contabilistas	70.000,00	5 dias		Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	N/A	N/A
38	Ernest & Young	130	Média	1	Trabalhador Senior	65.000,00	3 dias		Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	N/A	N/A
39	Higest	131	Média	1	Contabilista	26.000,00	4 dias		Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	N/A	N/A
40	HUSE Construções, Lda	22	Média	2	RH e Contabilistas	17.500,00	1,5 dias		Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	N/A	N/A
41	KPMG	187	Média	3	RH e Contabilistas	33.700,00	12 dias	UGC	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	N/A	N/A
42	Intellica, SA	30	Média	1	Gestor financeiro	80.600,00	2,5 dias	UGC	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	N/A	N/A
43	SIM - Seg Int'l de Moç	142	Média	3	RH e Contabilistas	40.000,00	1,5 dias		Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	N/A	N/A
44	L. Duarte dos Santos, Lda	121	Média	2	RH e Contabilistas		2 dias		Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	N/A	N/A
45	Afrin Prestige Hotel	93	Média	2	RH e Contabilistas	10.000,00	4 dias		Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Muito	
46	Comzatel Moç, Lda	27	Média					Outsourcing	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	N/A	N/A
47	Omega Serv (Zon Franca)	142	Média	3	RH, contab e tecn inform	8.000,00	7 dias		Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	N/A	N/A
48	Omega Seguranca, Lda	109	Média	3	RH, contab e tecn inform	8.000,00	7 dias		Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	N/A	N/A
49	Omega Serv de Taxis, Lda	49	Média	3	RH, contab e tecn inform	8.000,00	7 dias		Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	N/A	N/A
50	IBAVET	79	Média					Outsourcing	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	N/A	N/A
51	Somomav	73	Média	3	RH e Contabilistas	9.250,00	1 dia		Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	N/A	N/A
52	DeIottte & Touche	70	Média	2	Chefe de RH e de Cont	87.700,00	7 dias		Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	N/A	N/A
53	Best Catering Int'l Lda	35	Média	2	Tecn de RH e Dir Financ	15.000,00	3 dias		Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	N/A	N/A
54	Somacal Metalomecânica	45	Média	2	Garante e admistrad	26.000,00	5 dias		Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	N/A	N/A
55	SECION	18	Média	1	Secret administrativa	10.000,00	3 dias		Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	N/A	N/A
56	Moza Confeções, Lda	60	Média	1	Socio gerente	60.000,00	3 dias		Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	N/A	N/A
57	MBC Consulting, Lda.	18	Média	1	Tecn administrativo	30.000,00	1,5 dias		Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	N/A	N/A
58	Liana Servicos, Lda	21	Média	2	Secret e director	30.000,00	1,5 dias		Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	N/A	N/A
59	SOS Servicos	28	Média	2	RH e Contabilistas	30.000,00	3 dias		Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	N/A	N/A
60	Inst Politécnico	20	Média	1	Contabilista	8.000,00	3 dias		Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	N/A	N/A
61	RIZ Industria	178	Média	3	RH e Contabilistas	15.000,00	3,5 dias		Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	N/A	N/A
62	ZMB	25	Média	2	RH e Contabilistas	15.000,00	3 dias		Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	N/A	N/A
63	Clinica Shifina	38	Média	3	RH e Contabilistas	12.000,00	4 dias		Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	N/A	N/A
64	Canol Construções	36	Média	2	Contabilistas	12.000,00	3 dias		Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	N/A	N/A
65	Mepa, Lda	13	Média	1	Contabilista	4.000,00	5 dias		Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	N/A	N/A
66	Male Seguros	11	Média	1	Tecn medio administrat	10.000,00	3 dias		Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	N/A	N/A
67	SOPREL, Lda - ISCTEM	172	Média	3	Técnicos superiores		1 dia	Nao Suj IVA	Sim	Sim	Não	Sim	N/A	Sim	Sim	N/A	N/A	N/A
68	CANAA Microcrédito	13	Média					Outsourcing	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	N/A	N/A
69	Delmas	18	Média	2	Assist adm e contabilista	10.000,00	5 dias		Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	N/A	N/A
70	Monomotapa Com, lda	35	Média	1	Tecnico administrativo	20.000,00	3 dias		Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	N/A	N/A
71	Foco - Moçambique	18	Média	3	RH, Contab, Dir Financ	80.000,00	3 dias		Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Nao	Sim	Não	N/A	N/A
72	Spac Servicos, Lda	22	Média	2	Administ fin e contab	280.600,00	3 dias		Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Nao	Sim	Não	N/A	N/A
73	IPS, Serv Tecnologia, Lda	26	Média	2			1 dia		Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Nao	Sim	Não	N/A	N/A
74	Dixon Chongo e Associad	29	Média	3	Técnicos superiores		2 dias		Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Nao	Sim	Não	N/A	N/A
75	Moz Computers (Beira)	25	Média	N/A	N/A	N/A	N/A	Outsourcing	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	N/A	N/A
76	Ser Contabil (Beira)	34	Média	3	Escriturários, chefe RH	30.000,00	3 dias		Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	N/A	N/A
77	PetroBeira (Beira)	32	Média	3	Contabilistas	30.000,00	3 dias		Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	N/A	N/A
78	Pão de Açúcar (Beira)	114	Média	4	Contabilistas	25.000,00	4 dias		Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	N/A	N/A
79	Construg Karina (Beira)	174	Média	4	Contabilistas	35.000,00	4 dias		Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	N/A	N/A
80	Mocargo	261	Grande	5	RH, Contab, Gestor Fin	36.000,00	5 dias		Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	N/A	N/A
81	Vodacom, SA	379	Grande	N/A	N/A	N/A	N/A	Outsourcing	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	N/A	N/A
82	STV	253	Grande	2	RH, Contabilista	37.000,00	5 dias		Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	N/A	N/A
83	Emose	331	Grande	3	RH, Contabilista	25.000,00	3 dias		Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	N/A	N/A
84	Manica Freight Services	437	Grande	5	RH, Contab, Gestor Fin	36.000,00	6 dias		Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	N/A	N/A
85	Sahor Hotels Moç, lda	293	Grande	5	RH, Contab, Gestor Fin				Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	N/A	N/A

6.5. Anexo V – Lista de Abreviaturas

6.6.

ACB	Associação Comercial da Beira
ACIS	Associação Comercial e Industrial de Sofala
AT	Autoridade Tributária
BM	Banco Mundial
CIP	Centro de Integridade Pública
CIRPC	Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas
CTA	Confederação das Associações Económicas
CUT	Conta Única do Tesouro
DASP	Direcção de Apoio ao Sector Privado
EMAN	Estratégia para a Melhoria do Ambiente de Negócios
GIRBI	Grupo Interministerial para Remoção de Barreiras ao Investimento
ICE	Imposto sobre Consumos Específicos
IRPC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas
IRPS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
ISPC	Imposto Simplificado para Pequenos Contribuintes
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
MIC	Ministério da Indústria e Comércio
PAMAN	Plano de Acções para a Melhoria do Ambiente de Negócios
STM	Sistema Tributário Moçambicano
TAE	Taxa por Actividade Económica
UGC	Unidade de Grandes Contribuintes
USAID	Unites States Agency for International Development